

FOLHA BANCÁRIA

Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente e Região - CUT- Setembro de 2025 - Nº 893

REAJUSTE DOS BANCÁRIOS 2025: CATEGORIA TERÁ REAJUSTE DE 5,68%, COM AUMENTO REAL DE 0,6%

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulou alta de **5,05%** nos últimos 12 meses, concluídos em agosto, segundo dados oficiais divulgados na quarta-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com esse resultado, mais os 0,6% de ganho real conquistados pela categoria na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), os bancários terão reajuste de 5,68% sobre o salário e todas as demais verbas, incluindo a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), vale-refeição e vale-alimentação.

Veja, a seguir, os impactos dos reajustes, que serão aplicados a partir de 1º de setembro (data-base da categoria):

VALORES A PARTIR DE SET/2025 COM REAJUSTE DE 5,68%

AUXÍLIOS	ATUAL (ATÉ AGOSTO DE 2025)	REAJUSTE A PARTIR DE 1º DE SETEMBRO
Auxílio refeição (dia)	R\$ 50,46	R\$ 53,33
Auxílio refeição (mês)	R\$ 1.110,06	R\$ 1.173,26
Auxílio alimentação (mês)	R\$ 874,78	R\$ 924,47
13º Auxílio alimentação	R\$ 874,78	R\$ 924,47
Requalificação profissional	R\$ 2.285,84	R\$ 2.415,68
Auxílio creche/babá	R\$ 659,67	R\$ 697,14
Ajuda de custo teletrabalho	R\$ 1.134,60	R\$ 1.199,05



Aumento real é conquista dos trabalhadores

Em agosto de 2024, a categoria obteve a renovação da Convenção Coletiva de Traba-

lho (CCT), válida até agosto de 2026, que garantiu aumento acima da inflação para os salários e verbas para os dois anos vigentes do acordo. No ano passado, o reajuste conquistado pela categoria foi de 4,64%, que representou ganho real de 0,9% para aquele momento.

“Os lucros dos bancos são o resultado do trabalho da categoria, no dia a dia. Por isso que, em toda a campanha salarial, colocamos o aumento real como prioridade, ao lado dos debates por melhores condições de trabalho”, explica a coordenadora do Comando Nacional dos Bancários e presidente da Contraf-CUT, Juvandia Moreira. “Então, o reajuste acima da inflação, e que vai se refletir não só nos salários, mas em todas as cláusulas econômicas, não se trata de benefício dos bancos. Trata-se de conquista da categoria, obtida pelo Comando Nacional dos Bancários nas mesas de negociação”, completou.

VALORES A PARTIR DE SET/2025 COM REAJUSTE DE 5,68% SOBRE A PLR

PLR - Valores Fixos e Limites Individuais	Valores vigentes até 31.08.2025	Novos valores a partir de 1.09.2025
PLR do exercício		
Regra básica - valor fixo adicional	R\$ 3.343,04	R\$ 3.532,93
Regra básica - limite do valor fixo adicional	R\$ 17.933,79	R\$ 18.952,43
Regra básica - limite individual	R\$ 39.454,29	R\$ 41.695,30
Parcela adicional - limite individual	R\$ 6.942,28	R\$ 7.336,60
Antecipação da PLR		
Regra básica - valor fixo adicional	R\$ 2.005,82	R\$ 2.119,75
Regra básica - limite do valor fixo adicional	R\$ 10.760,26	R\$ 11.371,44
Parcela adicional - limite individual	R\$ 3.471,13	R\$ 3.668,29

PESQUISA DA FENAE REFORÇA DEMANDAS POR MELHORIAS DO SAÚDE CAIXA E DEFESA DO REAJUSTE ZERO



A Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae) divulga os primeiros resultados da pesquisa nacional sobre saúde física e mental dos empregados e empregadas da Caixa. Um dos recortes, o Saúde Caixa, plano de saúde dos trabalhadores do banco, traz dados fundamentais para o debate sobre a preservação e fortalecimento do plano de saúde. O levantamento foi realizado entre 27 de junho e 7 de julho de 2025, pela Acerte Pesquisa e Comunicação, e ouviu 3.820 respondentes da ativa e aposentados.

Diante dos resultados da pesquisa, a Fenae reforça sua defesa pelo reajuste zero nas mensalidades, já que os dados comprovam a importância do Saúde Caixa para os empregados. Atualmente, as mensalidades e pagamentos são o aspecto mais criticado, com 80% de reprovação, e qualquer aumento tende a agravar ainda mais a insatisfação.

O estudo mostra ainda que 92% utilizam o Saúde Caixa como principal plano de saúde. Mais da metade avalia o plano positivamente, com destaque para os aposentados (61%) e empregados lotados na Matriz (70%). Os serviços de atendimento de urgência (56% de aprovação) e liberação de exames (55%) figuram entre os pontos mais bem avaliados, demonstrando a relevância do plano para o cuidado com a saúde da categoria.

“O Saúde Caixa é uma conquista coletiva e símbolo de proteção da nossa categoria. A pesquisa

mostra que, em sua essência, o plano funciona e é valorizado pelos usuários. Por isso, a defesa do reajuste zero não é apenas uma pauta financeira, mas a garantia de que os trabalhadores continuarão tendo acesso à saúde de qualidade sem o peso de aumentos abusivos”, reforça o presidente da Fenae, Sergio Takemoto.

Além da defesa política, a pesquisa mostra a necessidade de melhorias nos canais de comunicação e na rede credenciada, que ainda apresentam alto índice de desconhecimento ou reprovação. Apenas cerca de 37% dos empregados da ativa avalia positivamente a rede credenciada. Já os canais de comunicação apresentam desempenho ainda mais frágil. O *WhatsApp Saúde Caixa* tem aprovação de apenas 30% e reprovação de 48%; o *Fale Conosco* registra 28% de avaliações positivas e o *Chat Online* é marcado pelo desconhecimento (41%), atingindo quase metade dos usuários, com só 17% de aprovação. Esses dados reforçam que custos, rede credenciada e comunicação concentram as principais insatisfações dos usuários.

Segundo o diretor de Saúde e Previdência da Fenae, Leonardo Quadros, esses pontos devem ser tratados com transparência e investimento, mas sem que isso represente custo adicional aos usuários. “É hora de melhorar a gestão, rede credenciada o atendimento do plano, mas sem transferir essa conta para os empregados da Caixa. A pesquisa confirma aquilo que sempre defendemos. O Saúde Caixa é fundamental para a qualidade de vida dos empregados, mas precisa de avanços na rede credenciada e nos canais de comunicação. Além disso, a defesa do reajuste zero é inegociável. Nosso compromisso é garantir que o plano continue sendo um instrumento de proteção e cuidado, com mais transparência e diálogo na gestão, mas preservando um modelo de custeio baseado na solidariedade e no pacto intergeracional, que permita que todos os empregados tenham condições de acesso ao plano”, conclui.

**siga o sindicato no instagram
@sindbancariosprudenteregio**

PLR

BANCÁRIOS DEFENDEM NO CONGRESSO NACIONAL REDUÇÃO DO IR NA PLR



Representantes dos trabalhadores bancários e de outras categorias profissionais defenderam no Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL 581/19) que dá à PLR o mesmo tratamento fiscal conferido aos lucros ou dividendos distribuídos aos sócios ou acionistas de empresas. O debate ocorreu na terça-feira, 9 de setembro, durante audiência pública sobre o tema, realizada pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

Atualmente, os lucros e dividendos são isentos de Imposto de Renda, mas o Projeto de Lei 1.087, em tramitação no Congresso Nacional, pretende isentar de IR quem ganha até R\$ 5 mil, e reduzir a tributação para quem ganha até R\$ 7,3 mil. Na outra ponta, o texto cria tributação para lucros e dividendos.

Fruto de muita mobilização da classe trabalhadora, a partir de 2012 a PLR passou a ter uma tributação exclusiva que reduziu o valor descontado.

Juvandia Moreira, presidente da Contraf-CUT e vice-presidenta da CUT, lembrou que o Brasil figura em 13º entre 176 países, em termos de concentração de renda nos 1% mais ricos. A dirigente apontou que o sistema tributário contribui com este cenário.

“Portanto, é fundamental atuarmos na alteração da legislação tributária, de modo a promover a justiça tributária. O trabalhador recebe o salário, mas o imposto já ficou retido na fonte, ele não tem opção, vai pagar o imposto, e muito bem. Agora, aqueles que recebem lucros e dividendos são isentos. A PLR é equivalente, é a mesma fonte, é lucro. Mas só o trabalhador paga imposto. Os super-ricos, aqueles que recebem os lucros e dividendos, não pagam nada. E quase 70% das isenções dos super-ricos vêm de

lucros e dividendos. Esses têm que pagar primeiro”, defendeu.

Dão Real Pereira dos Santos, presidente do Sindifisco Nacional (Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) e membro do Instituto Justiça Fiscal (IFJ), destacou que seria de R\$ 12 bilhões por ano o custo de fazer uma adaptação no Projeto de Lei 1.087 a fim de equiparar a tributação da PLR à dos lucros e dividendos, garantindo-se um limite de isenção de 50 mil por mês, ou R\$ 600 mil por ano.

“Doze bilhões seriam facilmente obtidos com a elevação da alíquota mínima de 10% para 15% sobre o andar de cima. Ou seja, um tratamento isonômico ao que o Projeto de Lei 1.087 está dando a lucros e dividendos”, afirmou.

Sérgio Takemoto, presidente da Fenae (Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal), lembrou que para receber a PLR, os trabalhadores têm que atingir metas, ou fazer o lucro das empresas crescer.

“A cobrança para a realização de metas tem sido responsável pelo grande número de adoecimentos mentais na categoria bancária. Ou seja, além de adoecer para atingir metas e aumentar o resultado dos bancos, o bancário é taxado e ainda gasta na saúde pelo seu adoecimento.”

Takemoto lembrou ainda que em 2023, a taxação da PLR, arrecadou R\$ 6,7 bilhões. “Ou seja, quase nada.”

Juvandia ressaltou que além de ser uma questão de justiça tributária, equiparar a taxação da PLR à dos lucros e dividendos trará retorno para a economia real.

“Quando tem mais renda líquida, o trabalhador vai melhorar os móveis da casa, vai fazer uma reforma, vai comprar um bem importante para a sua família, vai melhorar sua qualidade de vida. E isso vai voltar em consumo, em imposto, vai ajudar a aquecer ainda mais a economia, vai se reverter em crescimento do PIB. Portanto, é bom para todo mundo. Inclusive para a Receita, que vai arrecadar na outra ponta (...) Por isso nós não só da CUT, mas das outras centrais sindicais, estamos muito comprometidos com essa pauta, e em uma luta muito grande pela distribuição de renda”, afirmou.

PREVI: PLANO 1 VOLTA A ATUAR COM SUPERÁVIT



A Previ, fundo de previdência complementar dos funcionários do Banco do Brasil (BB), divulgou que, em agosto, o Plano 1 alcançou rentabilidade de 8,97% ao ano, percentual acima dos 6,41% estabelecidos para a taxa atuarial (meta de rentabilidade do fundo de pensão para honrar seus passivos).

Com esse resultado, o Plano 1 zera o déficit de R\$ 3,16 bilhões, registrado no final de 2024. Mas, em entrevista ao Valor Econômico, o diretor de administração da entidade, Márcio de Souza, explicou que o resultado poderá virar um superávit de R\$ 1 bilhão, dependendo do resultado do INPC (índice de inflação) de agosto.

Em entrevista ao jornal O Globo, o presidente da Previ, João Fukunaga, destacou que a Bolsa de Valores, principal fator que puxou o Plano 1 para baixo, no ano passado, “é exatamente o que puxa o resultado para cima agora”. Em seguida, acrescentou que a entidade continuará trabalhando na perspectiva do “longuíssimo prazo”.

Déficit conjuntural, superávit estrutural

O Plano 1, o maior e mais antigo da Previ, acumula atualmente patrimônio de R\$ 260 bilhões de 106 associados e associadas - a maior parte já recebe aposentadoria ou pensão. Já o segundo plano mais importante da entidade, Previ Futuro, acumula patrimônio de R\$ 38 bilhões, de mais de 87 mil associados, sendo que 82 mil ainda estão na ativa.

No início de 2025, um ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu pedir uma auditoria à Previ por conta do déficit de 2024. A Previ colabo-

rou enviando relatórios, que já eram divulgados periodicamente aos associados e ao público em geral. “Temos interesse que o TCU verifique tudo. Já somos fiscalizados em tempo real pela Previc”, explicou Márcio de Souza.

Fernanda Lopes, funcionária do BB e coordenadora da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), reforçou a importância de auditorias internas e externas, que são recorrentes na Previ. “Mas nós deixamos registrado, desde sempre, que a Previ, por ser um fundo de pensão, construído durante décadas e com a perspectiva de funcionar por outras tantas, deve, sempre, ser analisada na perspectiva do longo prazo”, observou.

Fernanda acrescentou que estruturalmente a Previ tem um modelo de gestão forte. “Em 20 anos, por exemplo, a carteira de investimentos da Previ acumulou rentabilidade de 273% acima da meta atuarial. Em 2023, teve um superávit acumulado de R\$ 14,38 bilhões. Ao final de 2024, apresentou déficit acumulado R\$ 3,16 bilhões, revertido pela equipe técnica, governança paritária (formada por representantes dos associados e do patrocinador, que é o Banco do Brasil) e decisões colegiadas, em agosto deste ano”, pontuou.

HUMOR

Quem descobriu a América?

Na aula de Geografia, a professora diz:

- Juquinha, aponta no mapa onde fica a América.

O Juquinha se levanta e aponta corretamente onde fica a América no mapa.

- Agora você, Joãozinho. Quem descobriu a América?

- O Juquinha, professora..

Lição de casa

A professora pergunta para o Joãozinho:

- Joãozinho, por que você não fez a lição de casa?

- Porque eu moro em apartamento.